

**NOVAS EVIDÊNCIAS
EM FAVOR DE UM MORFEMA
AVALIATIVO – [EVAL]:
FORMAS NOMINAIS
TRUNCADAS E *BLENDS*
EM PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

**NUEVAS EVIDENCIAS EN FAVOR DE UN MORFEMA EVALUATIVO – [EVAL]: FORMAS
NOMINALES TRUNCADAS Y *BLENDS* EN PORTUGUÉS BRASILEÑO**

**NEW EVIDENCE IN FAVOUR OF AN EVALUATIVE MORPHEME – [EVAL]: TRUNCATED
NOMINAL FORMS AND BLENDS IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

Ana Paula Scher*

César Elidio Marangoni Junior*

Universidade de São Paulo

RESUMO: A partir da análise para formas nominais truncadas e para *blends* em português brasileiro sugeridas em Scher (2011, 2013, 2016, 2018) e Marangoni Junior (2020), respectivamente, que se valem da presença de um morfema avaliativo [EVAL] na estrutura sintática, discute-se a relevância desse morfema como um traço pertinente ao repositório de traços morfossintáticos universais, considerando-se, principalmente, as observações sobre o estatuto de morfemas avaliativos em duas propostas distintas, nomeadamente, Villalva (2000) e Prieto (2005). As análises descritas no texto, baseadas em uma abordagem sintática dos processos de formação de

* Professora Livre-docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo e Pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade, processo: 303461/2017-9. E-mail: anascher@usp.br.

* Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo. Bolsista do CNPq: Bolsa de mestrado, processo: 130256/2019-6. E-mail: cesar.marangoni@usp.br.

palavras, evidenciam a configuração do morfema avaliativo em posição de adjunção. Além disso, a presença desse morfema codifica instruções específicas para as interfaces de PF e LF.

PALAVRAS-CHAVE: Morfema avaliativo. Formas nominais truncadas. *Blends*. Morfologia distribuída. Otimidade distribuída.

RESUMEN: A partir del análisis para formas nominales truncadas y para *blends* en portugués brasileño sugeridas en Scher (2011, 2013, 2016, 2018) y Marangoni Junior (2020), respectivamente, apoyándose en la presencia de un morfema evaluativo [EVAL] en la estructura sintáctica, se discute la relevancia de ese morfema como rasgos pertinentes al repositorio de rasgos morfosintácticos universales, en consideración, principalmente, de las observaciones acerca del estatuto de los morfemas evaluativos en dos propuestas distintas, a saber, Villalva (2000) e Prieto (2005). Los análisis descriptos en el texto, basados en un abordaje sintáctico de los procesos de formación de palabras, muestran la configuración del morfema evaluativo en posición de adjunción. Además de eso, la presencia de ese morfema codifica instrucciones específicas para las interfaces de PF y LF.

PALABRAS CLAVE: Morfema evaluativo. Formas nominales truncadas. *Blends*. Morfología distribuída. Optimidad distribuída.

ABSTRACT: Following the analysis for truncated nominal forms and for blends in Brazilian Portuguese, which involve the presence of an evaluative morpheme [EVAL] in the syntactic structure, and which were proposed in Scher (2011, 2013, 2016, 2018) and in Marangoni Junior (2020), respectively, this paper discusses the relevance of this morpheme as a feature belonging to the universal morphosyntactic feature repository. This is done based on the observations made on the status of evaluative morphemes in two different proposals, namely, Villalva (2000) e Prieto (2005). The proposals described in the paper, based on a syntactic approach to word formation processes, highlight the configuration of the evaluative morpheme as an adjunct. In addition, the presence of that morpheme encodes specific instructions for PF and LF interfaces.

KEYWORDS: Evaluative morpheme. Truncated nominal forms. *Blends*. Distributed morphology. Distributed optimality.

1 INTRODUÇÃO

O empreendimento gerativista, até o início dos anos 70 assumia, quase inquestionavelmente, uma separação entre os componentes sintático e morfológico da arquitetura da gramática. Como aponta Anderson (1982), os princípios da estrutura da palavra se dividiam entre os que regiam a distribuição dos subconstituintes de uma palavra e aqueles que tratavam da variação na forma desses elementos. Na realidade, essa visão sobre a divisão dos princípios de formação de palavras representava grave ameaça à autonomia do componente morfológico dentro da arquitetura da gramática. Era o reflexo de dois modos de pensar que caracterizavam as pesquisas sobre essa arquitetura nesse momento: de um lado, estavam aqueles teóricos que entendiam que as questões sobre a variação na forma dos subconstituintes das palavras indicavam uma interação entre propriedades fonológicas e morfológicas dos processos de formação de palavras e seriam mais adequadamente respondidas com a ajuda do conhecimento já estabelecido pelos estudos em fonologia; de outro lado, por sua vez, organizavam-se os estudiosos que julgavam que as questões relativas à distribuição desses subconstituintes seriam mais adequadamente investigadas por meio do conhecimento já estabelecido pelas pesquisas em sintaxe. Nas palavras de Anderson (1982, p. 571), portanto, "With neither morpheme distributions, nor allomorphy to account for, the morphologists could safely go to the beach."

Os anos seguintes, no entanto, felizmente assistiram o refortalecimento do campo da morfologia como a área da ciência da linguagem responsável pelos estudos sobre a forma e a estrutura interna das palavras. E, nesse momento, começam a surgir questões remetendo, ao mesmo tempo, à divisão de trabalho entre a morfologia e a sintaxe, e ao tipo de conexão que esses dois componentes da gramática estabelecem entre si. De um ponto de vista lexicalista (cf. DI SCIULLO; WILLIAMS, 1987; ANDERSON, 1992), a estrutura interna das palavras é invisível para o componente sintático, sendo a sua formação determinada por regras e princípios morfológicos. Do ponto de vista de uma abordagem sintática (cf. LIEBER, 1993; HALLE; MARANTZ, 1993), a sintaxe não apenas vê a estrutura interna das palavras,

mas manipula suas unidades atômicas, assumindo além de uma relação direta entre sintaxe e morfologia, que cada morfema tem a sua própria representação sintática.

E nesse sentido, assumindo, neste trabalho, o ponto de vista da abordagem sintática para os processos de formação de palavras, discutiremos, aqui, a pertinência, as propriedades e a relevância de um núcleo avaliativo como componente de determinados processos de formação de palavras e sentenças. No nível das sentenças, propostas como as descritas em Giorgi e Sorrisi (2018), além de Hole (2015), investigam expressões avaliativas com escopo sentencial em italiano e alemão, respectivamente. No nível das palavras, diversos são os trabalhos que tratam de morfemas avaliativos do tipo de diminutivo e aumentativo, os tipos mais estudados de núcleos avaliativos em processos de formação de palavras, atentando-se, por exemplo, como Villalva (2000), para os sufixos avaliativos do português e, como Prieto (2005), para casos de morfologia avaliativa no espanhol.

Nosso foco, neste trabalho, serão as estruturas de palavras. Em particular, a partir de evidências fornecidas pelos processos de formação de formas nominais truncadas (cf. SCHER, 2018, 2016, 2013, 2011) e de *blends* (cf. MARANGONI JUNIOR, 2020) em português brasileiro (PB, daqui em diante), argumentaremos em favor da existência de um núcleo avaliativo na estrutura sintática dessas formações, e, conseqüentemente, em favor da relevância da presença de um núcleo dessa natureza no inventário universal de traços morfossintáticos da arquitetura da gramática das línguas naturais.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira. Na seção 2, apresentaremos uma visão geral sobre a leitura avaliativa nas expressões linguísticas das línguas naturais. Traremos as visões de Villalva (2000), para quem a leitura avaliativa de uma expressão linguística resulta de uma estrutura de adjunção, e Prieto (2005), que assume que o núcleo avaliativo toma como complemento a categoria sobre a qual ele vai se aplicar. Em seguida, a seção 3 introduz dois fenômenos do PB para os quais um núcleo avaliativo foi proposto, explicitando as análises sugeridas em cada caso. A seção 4, então, discute, com base no que se apresentou até então, a adequação de um núcleo avaliativo na gramática das línguas naturais e, na seção 5, são tecidas algumas considerações finais.

2 NÚCLEO AVALIATIVO NA MORFOLOGIA

A literatura linguística entende a leitura avaliativa como aquela que expressa o julgamento de um falante em relação a um objeto. O que ocorre em processos que resultam em interpretações avaliativas para expressões linguísticas é que algum elemento que compõe a estrutura interna dessas expressões tem, exatamente, a função de modificar a interpretação semântica da base à qual se associa. Sendo assim, o processo que resulta em expressões simples com leituras avaliativas pode, de certo modo, ser equiparado a operações sintáticas de combinação de um modificador a um nome, em que o resultado é uma expressão complexa, cuja interpretação é a de que uma determinada propriedade foi atribuída a uma entidade.

Nos dados de (1) a (3), por exemplo, há sempre um nome combinado a um modificador. O dado em (4), por sua vez, traz o mesmo nome em sua forma diminutiva e tem sugerida uma representação informal em que o morfema diminutivo se coloca, estruturalmente, em posição semelhante à dos modificadores nos exemplos anteriores. Não por acaso, todos os modificadores, nos dados de (1) a (3), se traduzem em interpretações avaliativas possíveis para o diminutivo representado em (4).

(1)	aula curta	(1')	[aula [curta]]
(2)	aula comum	(2')	[aula [comum]]
(3)	aula desinteressante	(3')	[aula [desinteressante]]
(4)	aulinha	(4')	[aula [-inha]]

No que concerne à expressão avaliativa no nível da palavra, Scher e Espadaro (2013) já apontaram, seguindo Villalva (2000), entre outros, que, em português, a leitura avaliativa se expressa, quase que exclusivamente, por processos de sufixação¹ (cf. (5)-(10), abaixo).

- (5) –ão: cabeça → cabeção
- (6) –ona: cabeça → cabeçona
- (7) –inho: cabeça → cabecinha
- (8) –ita: cabeça → cabecita
- (9) –alha: gente → gentalha
- (10) –zinho: livro → livrozinho

O que se observa nos dados acima é que, de maneira geral, os processos de sufixação em questão resultam em formações cuja leitura avaliativa pode remeter a uma dimensão ou a julgamentos de valoração de um objeto, que pode ser uma entidade ou uma propriedade, por exemplo.

Villalva (2000) aponta que esses modificadores morfológicos operam exclusivamente sobre categorias morfossemânticas, acrescentando informações. Dessa forma, a sufixação avaliativa caracteriza-se como um processo de modificação morfológica que envolve morfemas avaliativos classificados em quatro grupos distintos: *diminutivos* (pequeno “n”), *aumentativos* (grande “n”), *valorativos* (bom “n”) e *pejorativos* (mau “n”). Por modificação morfológica, Villalva (2000) entende um processo que gera, por adjunção, palavras cuja categoria sintática é idêntica à da base e, nesse sentido, segue Scalise (1984) em sua sugestão de que a sufixação avaliativa envolve as seguintes propriedades²:

- (11) Propriedades da sufixação avaliativa:
 - a) Mantém a categoria sintática da base
(*casac-o_N* – *casac-ão_N*)
 - b) Mantém a estrutura argumental da base.
(*salt-ar_[]* – *salt-it-ar_[]*)
 - c) Mantém as propriedades morfossemânticas da base.
(*gat-o_[+animado, -humano, ...]* *gat-inho_[+animado, -humano, ...]*)
 - d) Mantém o valor de gênero da forma da base.
(*a pedr-a*, *a pedr-inha*)
 - e) Modifica a interpretação semântica da base.
(*nov-o* – *nov-inho*)
 - f) Pode coocorrer em posições adjacentes.
(*pequen-o* – *pequen-in-inho*, *cart-a* – *cart-ão-zinho*)
 - g) Ocorre à direita dos sufixos derivacionais.
(*cart-eir-inha*, *cert-ez-inha*)
 - h) Precede a flexão.
(*velh-o* – *velh-ote-s*)

¹ Há, também, casos de leitura avaliativa decorrente de prefixos, tais como *mega-*, *mini-*, *micro*, *maxi*, por exemplo, ou ainda casos de leitura avaliativa codificados na sintaxe, como apontado nos exemplos de (1) a (3).

² Na realidade, Scalise (1984) sugere apenas seis propriedades que caracterizam o comportamento de um morfema avaliativo. Elas são retomadas por seis das propriedades sugeridas por Villalva (2000): (11)a,b,e,f,g,h. As propriedades em (11)c,d são inovações da proposta de Villalva.

Por essa lista de características, fica fácil perceber que a modificação morfológica, nos termos de Villalva (2000), é um processo que não se comporta como processos caracterizados como derivacionais ou flexionais em modelos que fazem essa distinção: por um lado, o processo mantém a categoria sintática, a estrutura argumental, as propriedades morfossemânticas da base e o valor de gênero da base, se comportando de acordo com padrões flexionais; por outro lado, esse mesmo processo se aproxima da derivação, uma vez que modifica a interpretação semântica da base e os sufixos relevantes podem coocorrer em posições adjacentes, mas devem ocorrer à direita dos sufixos derivacionais e preceder obrigatoriamente a flexão.

A autora, então, caracteriza a sufixação avaliativa como um processo de modificação morfológica em que o sufixo avaliativo propriamente ocorre em posição de adjunção ao radical sobre o qual imprimirá a leitura avaliativa³. Ou seja, os sufixos avaliativos não podem ser nem núcleo e nem especificadores da estrutura em que ocorrem. Antes, como têm a função de modificar a interpretação semântica da base, Villalva sugere que se trata de sufixos modificadores e que, tal como modificadores sintáticos geram, por adjunção, estruturas categorialmente idênticas às estruturas de base.

Prieto (2005) discute o estatuto morfossintático, semântico-pragmático e sociolinguístico da morfologia considerada avaliativa no espanhol, a saber, os sufixos diminutivos e aumentativos prototipicamente e os sufixos superlativos e pejorativos marginalmente. A avaliação, segundo o autor, está no fato de tais sufixos transmitirem de maneira consciente ou subconsciente um tipo de valor por parte do falante acerca de sua audiência; a análise feita leva em conta um *corpus* constituído por interações comunicativas no contexto de uma igreja em que cerca de setenta falantes de espanhol de diferentes nacionalidades participam de atividades sociais diversas.

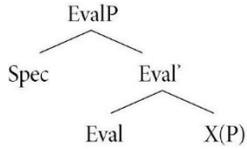
Segundo o autor, a avaliação é codificada morfológicamente por meio de afixos que se juntam a raízes de modo a contribuir com uma interpretação semântica de natureza avaliativa que diz respeito ao falante. Dessa forma, por exemplo, um conceito geral como “diminuição” pode ser considerado uma categoria universal, visto que pode ser expresso em diversas línguas naturais; pode-se admitir, assim, que a avaliação é uma categoria universalmente presente, sendo que a maneira como as línguas emolduram morfológica e fonologicamente essa categoria pode variar, seja por meio de afixos, seja por meio de itens lexicais separados, seja por meio de tons.

Valendo-se do modelo da Morfologia Distribuída (MD, daqui em diante), o autor mostra que os diminutivos, os aumentativos e os superlativos funcionam como núcleos de uma categoria funcional (cf. (12), abaixo), de forma que o núcleo da categoria avaliativa é o próprio sufixo avaliativo e o seu complemento pode ser um NP, um AP, um AdvP ou um VP. Dessa forma, tem-se um núcleo avaliativo funcional em uma projeção máxima que pode definir diferentes interpretações de acordo com a leitura avaliativa selecionada. Assim, por exemplo, para as formas *carrito* (*carro*+DIM⁴) e *grandote* (*grande*+AUG) do espanhol, o núcleo [Eval] recebe a expoência fonológica *-ito* e *-ote*, respectivamente, sendo que a forma nominal *car-* e a forma adjetival *grand-*, por sua vez, são originadas em X(P) abaixo. A forma linearizada, no entanto, sugere um movimento do núcleo dessas categorias para o núcleo da categoria EvalP, onde tem lugar a expressão da leitura avaliativa.

³ A proposta de Villalva (2000) para os avaliativos no nível da palavra é compatível com a discussão em Cinque (1999), que sugere que advérbios – avaliativos no nível da sentença – podem aparecer na periferia esquerda da oração, acima de IP, na mesma camada em que evidenciais e epistêmicos (como *supostamente* e *provavelmente*) podem ocorrer: *periferia esquerda* :...[avaliativos [evidenciais [epistêmicos... (cf. CINQUE, 1999).

⁴ DIM é uma abreviação para *Diminutive* (diminutivo) e AUG é uma abreviação para *Augmentative* (aumentativo).

(12) Categoria avaliativa – EvalP



(cf. PRIETO, 2005, p. 38)

A proposta do autor, portanto, é fundamentada na existência de uma categoria EvalP que projeta seu núcleo na sintaxe nos moldes de X-barra e codifica a leitura avaliativa das derivações; a motivação para a existência de tal projeção na sintaxe está no caráter puramente semântico de tais afixos, uma vez que a especificidade semântica determinada por eles é de suma importância para a interpretação composicional da estrutura formada em LF.

De certa maneira, a proposta de Prieto (2005) se aproxima da proposta de Villalva (2000), uma vez que, para ambas, o núcleo avaliativo não altera a categoria sintática da forma derivada. No entanto, as duas propostas se afastam, já que Prieto defende que a avaliação é uma projeção funcional que toma como complemento o sintagma que denota o objeto avaliado: não se trata, portanto, de uma estrutura de adjunção. Assim, apesar de defender, como Villalva (2000), que a morfologia avaliativa não se configura nem como um processo derivacional nem como um processo flexional, a configuração sintática proposta por aquele autor se diferencia daquela proposta por esta autora no sentido em que, para ele, a avaliação se realiza no núcleo de uma projeção sintática funcional que toma o objeto da avaliação como seu complemento.

A observação do mecanismo de derivação para as formas nominais truncadas e para os *blends*, detalhados a seguir, constituem evidências para o caráter de adjunto do morfema que imprime a leitura apreciativa à derivação, uma vez que a função primordial da avaliação, em termos morfossintáticosemânticos, é a de codificar a leitura apreciativa a ser interpretada composicionalmente em LF.

3 NÚCLEO AVALIATIVO E FATOS EMPÍRICOS

Nesta seção apresentaremos os tratamentos propostos para dois fenômenos morfológicos do PB: a derivação de formas nominais truncadas (doravante, FNTs) e a derivação de *blends*. Nos dois casos, os dados são analisados por meio do arcabouço teórico de modelos não lexicalistas de análise linguística, cada um deles a ser brevemente descrito na seção relevante.

3.1 FORMAS NOMINAIS TRUNCADAS (DORAVANTE, FNTS)

Scher (2011, 2013, 2016, 2018) analisa FNTs do PB, tais como as que se apresentam em (13)a-d, (14)a-h e (15)a-d.

(13) FNTs – terminação *-a*

a. salafr-a	a'. salafrário	b. deleg-a	b'. delegado
c. neur-a	c'. neurose	d. chin-a	d'. chinês

(14) FNTs – terminação *-as* e terminação *-(i)s*

a. leg-as	a'. legal	b. saud-as	b'. saudades
c. churr-as	c'. churrasco	d. berm-as	d'. bermuda
e. bob-(i)s	e'. bobeira	f. brinque-(i)s	f'. brincadeira
g. del-is	g'. delícia	h. vont-(i)s	h'. vontade

(15) FNTs – morfema avaliativo realizado + terminação –a

a. pad-oc-a	a'. padaria	b. feij-uc-a	b'. feijoada
c. fri-ac-a	c'. frio	d. potr-anc-a	d'. potra

As formas em (13)a-d, (14)a-h e (15)a-d são chamadas de FNTs e descritas pela autora da seguinte maneira: exibem a mesma raiz das formas plenas que lhes são correspondentes (cf. (13)a'-d', (14)a'-g' e (15)a'-d'), ou parte dela, e acrescentam-lhe uma entre três possibilidades de sequências fônicas (-a, -as/-is ou -aca/-āca/-eca/-ica/-oca/-uca), formando um produto paroxítono. Essa forma equivale a uma forma plena multimorfêmica, ou interpretada como tal pelo falante, e tem leitura predominantemente apreciativa.

A autora destaca três subtipos dessas FNTs: i) a FNT que se forma pelo acréscimo da vogal –a ao material da raiz (cf. (13)a-d), o tipo mais frequente no PB; ii) a FNT que se forma pelo acréscimo à raiz de uma sequência vogal-consoante (VC) (-as ou -i(s)) (cf. (14)a-h). iii) a FNT que se forma pelo acréscimo à raiz de uma sequência sonora correspondente a um morfema avaliativo na língua, seguida da vogal –a (cf. (15)a-d).

O ponto de partida para a análise desenvolvida para essas FNTs é a independência derivacional desses elementos em relação a qualquer outra formação, mas, mais especificamente, em relação a uma forma plena que lhe corresponda em termos fonológicos e semânticos. A análise se fundamenta no modelo da Morfologia Distribuída (cf. HALLE; MARANTZ, 1993, e desenvolvimentos mais recentes), que pode ser descrito, resumidamente, como um modelo sintático de formação de palavras. De acordo com essa proposta, palavras e sentenças resultam uniformemente de mecanismos sintáticos semelhantes. A arquitetura da gramática dispõe de três listas não gerativas que alimentam e são alimentadas pelo único componente gerativo dessa arquitetura, que é a sintaxe. Trata-se de uma primeira lista tomada como um *Léxico Reduzido*, que dispõe de raízes e de traços morfossintáticos abstratos. Essas raízes e traços abstratos alimentam o componente sintático que opera sobre eles e envia o resultado de suas operações para a aplicação dos mecanismos próprios das outras duas listas. A segunda lista, denominada *Vocabulário*, define uma série de itens de vocabulário (IVs, deste ponto em diante), que, na realidade, são regras de instrução para o preenchimento dos morfemas abstratos gerados pela sintaxe com material fonológico. Finalmente, a terceira lista, chamada de Enciclopédia, é responsável pela atribuição dos significados especiais às expressões linguísticas resultantes dos processos descritos anteriormente.

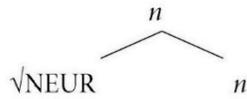
No que tange à formação de palavras, o ponto de partida são raízes acategoriais que assumem uma categoria no processo derivacional. As FNTs, por exemplo, são derivadas, portanto, por meio de um processo sintático que envolve a categorização de uma raiz e a concatenação de um núcleo avaliativo à estrutura sintática, processos que são seguidos de uma operação morfológica que insere um sufixo temático na derivação, para atender requisitos de boa formação de palavras em PB, como sugerido por Alcântara (2010). Na sequência, regras de inserção de vocabulário são aplicadas e as fonologias previstas pelos IVs assumem seu lugar na raiz⁵ e nas outras posições de nós terminais, tais como os morfemas categoriais (presentes na derivação desde a sintaxe) e os sufixos temáticos (inseridos na derivação no componente morfológico).

As representações em (16) e (17) ilustram essa ideia. Em (16)a,b, têm-se as estruturas sintática e morfológica para a forma plena *neurose*.

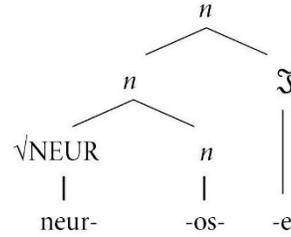
(16) Derivação de *neurose*:

⁵ A presença ou não de fonologia na raiz desde o *Léxico Reduzido* é tema de intenso debate na Morfologia Distribuída. Conferir Harley (2014) e Embick (2015) para posições distintas sobre esse tema.

a) estrutura sintática



b) estrutura morfológica



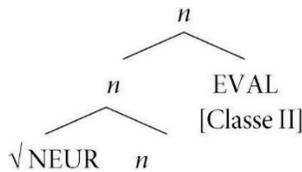
(cf. SCHER, 2018, p. 107)

A estrutura em (16)a representa o passo sintático de categorização da raiz na formação do nome *neurose*. Na estrutura morfológica, como se vê em (16)b, um nó terminal para o sufixo temático, nomeadamente, \mathfrak{S} , é adicionado à derivação para satisfazer os requisitos de boa formação de palavras do PB. Nenhuma operação adicional modifica a representação da forma plena, e a inserção de vocabulário se realiza, como em (16)b.

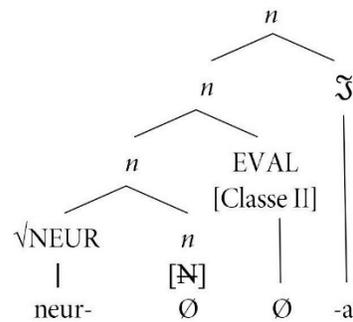
Em (17)a,b, por sua vez, têm-se as estruturas sintática e morfológica para a FNT *neura*.

(17) Derivação de *neura*:

a) estrutura sintática



b) estrutura morfológica



(cf. SCHER, 2018, p. 107)

As estruturas sintática e morfológica em (17)a,b, respectivamente, representando as FNTs, diferem da derivação de suas formas plenas correspondentes, representadas pelas estruturas em (16), uma vez que as FNTs envolvem a presença de [EVAL], um morfema avaliativo, presente e ativo na estrutura sintática, dando conta da leitura avaliativa observada nessas formações.

[EVAL] não substitui o núcleo *n*, que categoriza a raiz e define o significado da palavra formada, como se vê pela presença desse núcleo tanto em (16)a, quanto em (17)a. O morfema [EVAL] apenas adiciona o ingrediente que desencadeia a leitura avaliativa na estrutura que resultará na FNT, mantendo, na derivação em (17)a, a mesma categoria, e, de certa forma, o mesmo significado básico das formações resultantes de derivações como (16)a. A diferença de interpretação está, exatamente, na nuance avaliativa da formação representada em (17).

Na estrutura morfológica de (17)b, antes da inserção de vocabulário, uma regra de empobrecimento (cf. BONET, 1991), tal como aquela em (18), apaga o traço [N] de dentro da categoria *n*, na presença do morfema [EVAL].

(18) Regra de empobrecimento em MS.

${}_n[N] \leftrightarrow [\cancel{N}]$ em MS / [EVAL].

É importante mencionar que esse traço [N] já cumpriu a sua tarefa na sintaxe, quando definiu a classe gramatical da palavra em formação como um nome (*n*). Assim, seu apagamento⁶ no componente morfológico não afeta a definição da categoria da palavra, que continua sendo um nome. Entretanto, uma vez que o traço [N] foi apagado na presença de [EVAL], como prevê (18), no momento da inserção de vocabulário, nenhum item de vocabulário marcado com o traço [N] poderá ser considerado uma alternativa adequada para inserção no nó terminal correspondente a *n*. Em outros termos, IVs tais como *-os-*, em (19)a, por exemplo, em princípio, uma alternativa adequada para inserção em uma estrutura tal como (16)b, contém um traço que não está mais presente no nó terminal do morfema abstrato *n*, na estrutura da FNT, em (17)b. Assim, nenhum item de vocabulário, ou, talvez, um item de vocabulário como (19)b, será inserido no núcleo *n*. O morfema [EVAL], por sua vez, será preenchido por um item de vocabulário nulo, como descrito em (19)c. Além disso, na estrutura morfológica, nós terminais para sufixos temáticos (S) são acrescentados à derivação e preenchidos com IVs tais como os exibidos em (20)a-c (cf. ALCÂNTARA, 2010).

(19) IVs para *n* e [EVAL]

a. [-os-] \leftrightarrow [N]

b. $\emptyset \leftrightarrow$ [N]

c. $\emptyset \leftrightarrow$ [EVAL]/ [N]

(20) IVs para sufixos temáticos (S)

a. [-o] \leftrightarrow [classe I]

b. [-a] \leftrightarrow [classe II]

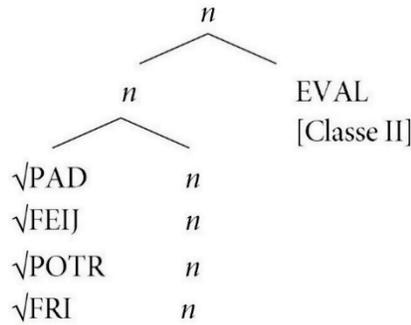
c. [-e] \leftrightarrow [classe III]

A análise descrita dá conta dos exemplos de FNTs de (13) a (15). Em particular, os dados em (15)a-d podem ser tomados como evidências para a presença de um morfema avaliativo na estrutura dos três subtipos de FNTs apresentados aqui. Esses dados exibem, explicitamente, diferentes marcas de morfologia avaliativa, nomeadamente, *-oc-*, *-uc-*, *-ãc-* e *-ac-*, às vezes, interpretadas como diminutivo, às vezes, como pejorativo, ou outra conotação apreciativa. Em outras palavras, esses termos podem apresentar conotações distintas de uma leitura apreciativa. Suas estruturas sintática e morfológica podem ser vistas nas representações em (21)a,b, e coincidem com aquelas propostas para os outros tipos de FNTs discutidos aqui:

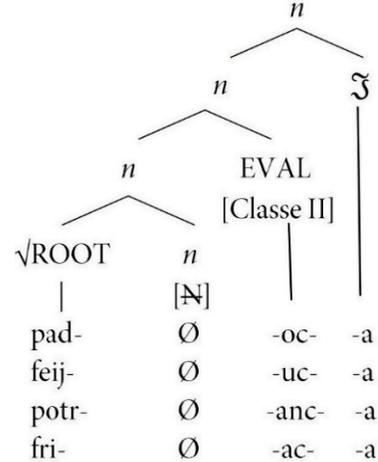
(21) Derivações para **padoca**, **feijuca**, **potranca**, **friaca**

⁶ Não é a categoria *n* que está sendo apagada, mas um traço dentro dela.

a) estrutura sintática



b) estrutura morfológica



(cf. SCHER, 2018, p. 110)

Esses dados revelam que os IVs para o morfema [EVAL] podem variar, apresentado especificações bem definidas. Sugiro abaixo uma lista de IVs capazes de preencher o nó terminal sintático correspondente apenas ao morfema avaliativo para o caso das FNTs, que tornará possível a leitura avaliativa observada para essas formações.⁷

(22) IVs para [EVAL]

- a. $\emptyset \leftrightarrow$ [EVAL]/ [N]
- b. /ac/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√FRI, √POL, etc...]
- c. /ãc/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√METR, √POTR, etc...]
- d. /ec/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√BAND, √LOT, √MAN, √TRAV, etc...]
- e. /ic/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√MIL, etc...]
- f. /oc/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√MOT, √PAD, etc...]
- g. /uc/ \leftrightarrow [EVAL]/ [N], para [√BRAS, √FEIJ, etc...]

A análise sugerida aqui destaca as propriedades morfológicas da formação de algumas FNTs em PB, caracterizando esse processo como serial, concatenativo, exatamente, como aquele que deriva suas formas plenas correspondentes.

3.2 BLENDS

Os *blends* são, grosso modo, formações resultantes de um processo de junção de duas ou mais palavras-fonte, sendo que pelo menos uma delas deve sofrer algum tipo de sobreposição ou de perda fonológica. Em (23), temos exemplos nos quais a junção é feita no ponto em que há semelhança fonológica entre as palavras-fonte; em (24), temos exemplos nos quais não há semelhança fonológica entre as palavras-fonte, ocorrendo o truncamento de pelo menos uma delas; e em (25), temos exemplos daquilo que alguns autores denominam *blends* semânticos (cf. MINUSSI; NÓBREGA, 2014; NÓBREGA; MINUSSI, 2015), uma vez que ocorre reanálise semântica de uma parte de uma raiz: – *ma-*, em (25)a,b e *come-*, (25)c, respectivamente – que é interpretada pelo falante como uma palavra autônoma na língua.

⁷ Há outras modalidades de afixos avaliativos que não estão sendo considerados neste trabalho.

Outros autores (cf. GONÇALVES, 2012) defendem que esses mesmos casos em (25) correspondem a formações analógicas, um processo distinto do *blending* que envolve uma substituição sublexical.

(23) *Blends* - palavras-fonte com algum tipo de identidade fonológica:

- a. chafé (chá + café)
- b. sacolé (saco + picolé)
- c. roubodízio (roubo + rodízio)

(24) *Blends* - palavras-fonte sem identidade fonológica

- a. portunhol (português + espanhol)
- b. almojanta (almoço + janta)
- c. gratiluz (gratidão + luz)

(25) *Blends* - reanálise semântica de uma das palavras-fonte

- a. boadrasta (boa + madrasta)
- b. boacumba (boa + macumba)
- c. bebemorar (beber + comemorar)

A análise aqui descrita é sugerida em Marangoni Junior (2020) e se vale do modelo teórico denominado Otimalidade Distribuída (OD, daqui em diante), desenvolvido em Trommer (2001) e trabalhos subsequentes. Trata-se de uma das versões recentes da Teoria Gerativa, que promove um diálogo entre a Teoria da Otimalidade, TO, daqui em diante, e a MD.

Grosso modo, a OD se baseia na premissa, já existente na MD, de que a morfologia é um módulo separado da gramática que interpreta os *outputs* da sintaxe. A derivação sintática, por sua vez, contém unicamente feixes de traços abstratos sem conteúdo fonológico. O papel da morfologia é, assim, o de atribuir conteúdo fonológico a estruturas sintáticas através do pareamento entre unidades sintáticas que correspondem a palavras com IVs, os quais, por sua vez, combinam traços morfossintáticos com conteúdo fonológico.

Como o *output* gerado pela sintaxe serve, na OD, de *input* para a computação morfológica, a gramática gera, como na TO, um conjunto de candidatos a *output* que contém todas as cadeias que consistem exclusivamente de IVs compatíveis com os núcleos do *input*. Os núcleos que são realmente realizados por meio de IVs e a ordem dos IVs numa dada língua dependem de um *ranking* de restrições específico dessa língua, de acordo com restrições universais de marcação, fidelidade e de ordenação de morfemas. Dessa forma, a OD se assemelha à MD ao defender que existe um único componente gerativo responsável pela formação tanto de sentenças quanto de palavras, a saber, a derivação sintática, mas se afasta desta ao defender que a linearização e as outras operações morfológicas, como a fusão e o empobrecimento, que ocorrem na Estrutura Morfológica na MD, bem como a inserção de vocabulário, que ocorre em PF na MD, são determinadas por meio de *rankings* de restrições que permitem prever o comportamento morfofonológico da estrutura sintática previamente derivada.

As restrições na OD são essencialmente de três tipos e apresentam versões relacionadas unicamente ao *output* e versões *input-output*. As restrições que requerem um tipo de estrutura advogam em favor de existência de certos IVs no *output* em condições específicas; essas restrições forçam a realização de uma estrutura de traços presente no *input* por uma estrutura de traços correspondente em *output*. As restrições de bloqueio estrutural são aquelas que, grosso modo, proíbem traços de serem realizados no *output*, ainda que eles sejam licenciados pela estrutura em *input*. As restrições de alinhamento, por sua vez, são aquelas que advogam em favor de uma correspondência entre margens de palavras prosódicas e margens de palavras morfológicas.

A argumentação de Trommer (2001) para a postulação do modelo da OD se pauta, exclusivamente, em casos de morfologia flexional, em que o foco recai sobre a realização de traços selecionados da Lista 1.⁸ A análise desenvolvida em Marangoni Junior (2020) mostra as vantagens de se aplicar tal modelo para casos de morfologia derivacional em que há alguma perda fonológica perceptível, tendo como foco, especificamente, a derivação dos *blends* atributivos. Sua proposta de análise parte da discussão sobre a possível relação entre dois processos de formação de palavras: a composição e o *blending*. O autor remete a Ralli e Xydopoulos (2011), que defende que a formação do *blend* no grego começa como um tipo de composto [radical + palavra], mas, assume, para além disso, alguma forma de redução fonológica que afeta ambos os constituintes. Para esses autores, os *blends* são um tipo especial de compostos: estruturalmente, eles pertencem ao conjunto dos compostos; superficialmente, em contextos particulares, eles perdem parte de sua forma fonológica, sendo que tal redução na forma é feita de maneira intencional pelo falante, devido a necessidades comunicativas.

Marangoni Junior (2020) também retoma Araújo (2000), que defende que o *blending* é um processo regular que obedece a uma gramática e ressalta a importância translinguística desse processo, o que o leva à defesa de que os seus resultados são regidos pelas mesmas restrições em várias línguas do mundo e, também, à defesa de que esse processo deve ter um lugar na teoria morfológica: os *blends*, para Araújo, possuem uma gramática própria ou, pelo menos, se conformam à gramática que restringe o processo de composição.

Filiando-se às hipóteses de Araújo (2000) e Ralli e Xydopoulos (2011), Marangoni Junior (2020) defende que, sintaticamente, os *blends* são um subtipo dos compostos. Esse autor, no entanto, se afasta daqueles estudos ao defender a possibilidade de que um morfema avaliativo, que codifica a intenção do falante, está presente na estrutura sintática que deriva a forma composta que vai acabar resultando no *blend*. Além disso, ao assumir a proposta de Trommer (2001), Marangoni Junior (2020) retira da análise a ideia de que é o falante que, intencionalmente, decide o ponto de junção entre os termos do composto sintático que serve de base para o *blend*: antes, a forma do *blend* é derivada por meio de um *ranking* de restrições específico.

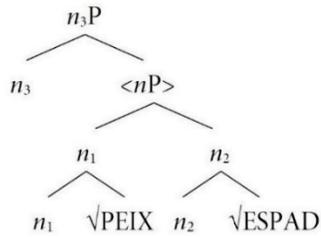
O tratamento sintático oferecido para os *blends* do PB por Marangoni Junior (2020) toma por base a proposta de Nóbrega (2014), para quem a composição é definida da seguinte maneira: “[...] um composto é formado quando dois ou mais núcleos complexos, em determinada relação sintática, são recategorizados por um núcleo definidor de categoria – *n*, *v* ou *a*” (cf. NÓBREGA, 2014, p. 25). Marangoni Junior observa que, no caso dos *blends*, a existência de um terceiro núcleo categorizador permite que, flexionalmente, eles se comportem, na maioria dos casos, como um composto do tipo [radical + palavra]. Outro ponto de convergência entre os dois processos é a existência de uma relação gramatical entre as raízes categorizadas. A relação gramatical entre os membros do composto e, também, entre os membros de um *blend*, pode ser de três tipos (cf. NÓBREGA, 2014, p. 128): subordinação, atribuição e coordenação. A subordinação se dá quando os dois elementos se concatenam por *set-Merge*⁹, havendo uma relação predicado-argumento que gera uma estrutura simétrica na medida em que um dos constituintes tem seu traço seletor valorado pelo seu complemento. A atribuição se dá por *pair-Merge*¹⁰, em que se tem uma relação de adjunção, que gera uma estrutura assimétrica na medida em que um constituinte não núcleo é concatenado ao núcleo sem haver a necessidade de valoração de um traço seletor. A coordenação, por fim, se dá quando uma conjunção toma dois constituintes de categoria idêntica, que se encontram em uma relação simétrica, e desfaz tal simetria via movimento, no intuito de rotular a estrutura formada. Isso dito, para tratar dos *blends*, Marangoni Junior (2020) recorre a estruturas sintáticas, tais como as propostas em Nóbrega (2014) para os compostos do tipo [palavra + palavra]:

⁸ Da mesma forma que a MD, a OD defende que a derivação sintática é alimentada pela Lista 1, o Léxico Reduzido, que é formado por raízes e traços morfossintáticosemânticos que se relacionam localmente na derivação de uma dada estrutura sintática.

⁹ *Set-Merge*: formação de um conjunto { α , β }, responsável pelo estabelecimento de relações argumentais e pelos movimentos na estrutura sintática (cf. NÓBREGA, 2014, p. 125).

¹⁰ *Pair-Merge*: formação de um par ordenado $\langle \alpha, \beta \rangle$, responsável pela concatenação de adjuntos (cf. NÓBREGA, 2014, p. 125).

(26) Estrutura sintática para o composto *peixe-espada*.



(cf. NÓBREGA, 2014, p. 163)

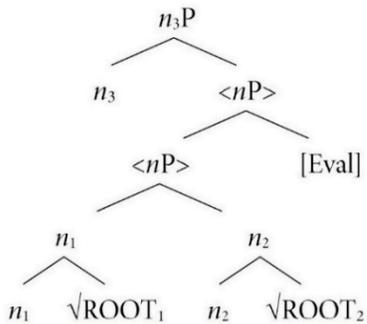
A partir disso, define o *blend* da seguinte forma:

(27) Definição de *blend*

Blend é um subtipo da composição em que duas raízes já categorizadas em uma dada relação sintática são concatenadas a um morfema avaliativo e, posteriormente, concatenadas a um terceiro núcleo categorizador que cria o domínio da composição; a presença de tal morfema na estrutura sintática codifica a leitura avaliativa própria do processo e serve como gatilho para a sobreposição ou perda fonológica dada por meio de um *ranking* de restrições morfofonológicas. (MARANGONI JUNIOR, p. 43, 2020)

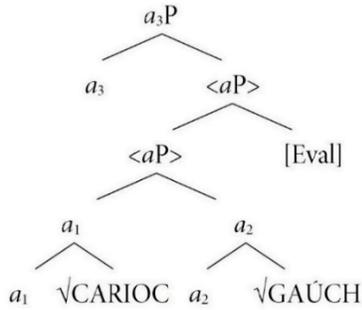
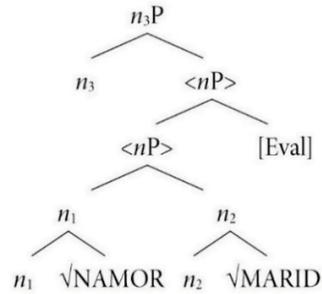
Na análise dos *blends* atributivos em (28), a raiz que se concatena ao núcleo categorizador 1 funciona como o núcleo do *blend*, enquanto a raiz que se concatena ao núcleo categorizador 2, faz as vezes de seu modificador, formando, assim, uma estrutura de adjunção.

(28) Estrutura sintática para um *blend* atributivo



(MARANGONI JUNIOR, p. 44, 2020)

Adotando a posição de Embick (2010) acerca do domínio de fases no nível da palavra, segundo a qual um núcleo categorizador, *n*, *v* ou *a*, é um núcleo de fase, mas assumindo, também, que o *Spell-Out* do núcleo de fase presente em seu complemento só ocorre quando um novo categorizador é concatenado à estrutura, o autor sugere as derivações em (29) e (30) para dois *blends* atributivos.

(29) Estrutura sintática para o composto *cariúcho*.(30) Estrutura sintática para o composto *namorido*.

(MARANGONI JUNIOR, p. 51-52, 2020)

Essa estrutura sintática é derivada pelo componente sintático e sofre *Spell-Out* para ser interpretada por PF e por LF. Antes de chegar a PF, porém, morfemas dissociados, como os morfemas de classe, são inseridos na estrutura¹¹. Em (31)¹², abaixo, tem-se os IVs que competem para a inserção de vocabulário.

(31) IVs selecionados para realizar cada uma das árvores acima

Input: [$\sqrt{253}$, a]₁ [EVAL] [$\sqrt{400}$, a]₂

Output: carioca: [$\sqrt{253}$, a]₁ \emptyset : [EVAL] gaúcho: [$\sqrt{400}$, a]₂

Input: [$\sqrt{145}$, n]₁ [EVAL] [$\sqrt{260}$, n]₂

Output: namorado: [$\sqrt{145}$, n]₁ \emptyset : [EVAL] marido: [$\sqrt{260}$, n]₂

Faz parte da proposta desenvolvida em Marangoni Junior (2020), a hipótese de que, além de contribuir com a interpretação jocosa para o *blend*, a presença do morfema avaliativo [EVAL] na estrutura tem o efeito de empobrecer o traço n do terceiro núcleo categorizador, que cria o domínio da composição; a motivação inicial para essa hipótese vem do fato de que, na observação dos dados do *corpus*, esse categorizador não parece ser realizado fonologicamente em nenhuma circunstância.

Para dar conta do comportamento morfológico explicitado acima e da linearização da estrutura, Marangoni Junior (2020) recorre a uma restrição de alinhamento em (32)¹³ e à restrição de empobrecimento em (33)¹⁴. Considerando-se a restrição de empobrecimento como mais alta na hierarquia de restrições, o autor chega à forma linearizada em (34)¹⁵.

(32) ALIGN [Root, n] \Leftrightarrow L,R(33) IMPOVERISH [n_3]/[EVAL](34) / [$\sqrt{1}$, n]₁[EVAL][$\sqrt{2}$, n]₂/

¹¹As representações em (29) e (30) exibem uma simplificação das operações, visto que o foco é antes a explicitação das relações entre as raízes, os núcleos categorizadores e o morfema avaliativo, além da explicitação das restrições morfofonológicas que governam a inserção de vocabulário.

¹²No caso de *namorado* no *output* de *namorido*, simplificamos as representações ao pular a representação da etapa em que o núcleo categorizador nominal se concatena à raiz e recebe, fonologicamente, o sufixo *-ad-*; além disso, não deixamos explícita a inserção do morfema de classe na Estrutura Morfológica.

¹³Lê-se: alinhe as duas raízes às duas margens da estrutura linearizada formada.

¹⁴Lê-se: empobreça o núcleo categorizador mais alto na estrutura quando houver a presença de um morfema avaliativo no domínio da composição.

¹⁵Por questões de espaço, omitimos aqui o *tableau* para a derivação de tal estrutura linearizada; optamos, assim, por apenas indicar qual o candidato ótimo.

O autor assume que o morfema avaliativo, por sua vez, funciona como um gatilho para a ativação do *ranking* de restrições próprio dos *blends* durante a inserção de vocabulário, deixando perceptível a interface sintaxe-fonologia do processo. A competição, então, é feita por candidatos a *output* que são avaliados de acordo com um *ranking* específico ao processo em questão – essas restrições ranqueadas fazem parte da gramática do *blending*. A determinação do *ranking* específico para o *blending* leva em conta algumas generalizações a que foi possível chegar acerca do processo no caso do PB. O conjunto dessas restrições aparece sintetizado em (35).

(35) Restrições para a inserção de vocabulário.

Restrição PARSE [Root]₁[Root]₂ (restrição estrutural): diz respeito ao fato de que os membros do *blend* devem estar presentes o máximo possível na derivação resultante;

Restrição PARSE [Root]_{min} (restrição estrutural mínima): diz respeito ao fato de que o membro com menor extensão fonológica deve estar maximamente presente na formação resultante;

Restrição REFLECT [Root]₁[Root]₂ (restrição de alinhamento): diz respeito ao fato de que deve haver a manutenção, no *output*, da posição em que cada raiz está presente em *input*;

Restrição PARSE [Root]₁₂ (restrição estrutural): sanciona a realização da ambimorfia, isto é, advoga em favor da sobreposição de segmentos fonológicos que são comuns às duas raízes, preconizando a realização desses segmentos que estão indexados com as duas raízes;

Restrição PARSE IHEAD (restrição estrutural): diz respeito ao fato de que o *blend* deve possuir apenas um acento primário e, portanto, deve projetar apenas uma palavra prosódica;

Restrição PARSE [Root]_σ (restrição estrutural): advoga em favor da realização, no *blend*, do mesmo número de sílabas de algum de seus membros.

(36) Hierarquia das restrições.

PARSE IHEAD >> REFLECT [Root]₁[Root]₂ >> PARSE [Root]₁₂ >> PARSE [Root]_σ >> PARSE [Root]₁[Root]₂ >> PARSE [Root]_{min}

Uma vez que a interpretação composicional da estrutura gerada pela sintaxe se faz em forma lógica, LF, e levando em conta que não foram encontrados, nos dados analisados pelo autor, casos de *blends* com leituras não composicionais, Marangoni Junior (2020) afirma que a Enciclopédia interpreta a estrutura derivada na interface conceitual atribuindo a ela uma leitura composicional. Dessa forma, o autor descarta a necessidade de se recorrer a um acesso extra da Lista 3 a PF¹⁶, para a determinação da intenção do falante se esta já está codificada primeiramente na estrutura sintática e pode ser devidamente interpretada na interface conceitual.

Em PF, o autor dá conta da realização fonológica dos *blends* se valendo de um *ranking* de restrições morfofonológicas que regulam a inserção de vocabulário. Dessa forma, afirma que a intenção do falante está codificada na estrutura morfosintática; como já dissemos, descarta da análise a decisão intencional do falante sobre o ponto em que ocorrerá a sobreposição fonológica ou sobre a natureza da perda fonológica, uma vez que isso é determinado unicamente pelas restrições ativas que regulam a competição entre candidatos a *output* para realizar fonologicamente a estrutura em *input*. Aplicando as restrições aos dados selecionados, foram encontrados os seguintes *tableaux*.

¹⁶ Como já proposto e defendido no cerne da MD (cf. MINUSSI; NÓBREGA, 2014; NÓBREGA; MINUSSI 2015).

(37) *Tableau para namorido.*

<i>INPUT:</i> /NAMORADO ₁ , MARIDO ₂ /	PARSE 1HEAD	REFLECT [Root] ₁ [Root] ₂	PARSE [Root] ₁₂	PARSE [Root] ₁ [Root] ₂	PARSE [Root] _σ	PARSE [Root] _{min}
/NAMORADO/ ₁ /MARIDO/ ₂	*!					
/NA/ ₁ /ARIDO/ ₂				m o r a d o! m		
/NAMO/ ₁ /RIDO/ ₂			*!			
/NAM/ ₁ /ARIDO/ ₂			*!			
☞ /NAMOR/ ₁ /RIDO/ ₂				a d o m a		
/RADO/ ₁ /RIDO/ ₂			*!			

(38) *Tableau para cariúcho*¹⁷.

<i>INPUT:</i> /CARIOCA ₁ , GAÚCHO ₂ /	PARSE 1HEAD	REFLECT [Root] ₁ [Root] ₂	PARSE [Root] ₁₂	PARSE [Root] ₁ [Root] ₂	PARSE [Root] _σ	PARSE [Root] _{min}
/CARIOCA/ ₁ /GAÚCHO/ ₂	*!					
/CARIOCA/ ₁ /AÚCHO/ ₂	*!					
/CARI/ ₁ /GAÚCHO/ ₂	*!					
☞ /CARI/ ₁ /ÚCHO/ ₂			*	o c a g a		
/CARI/ ₁ /CHO/ ₂			*	o c a g a ú!		

A interpretação dada pela Enciclopédia é a de “namorado com características de marido (por exemplo: morar junto com sua/seu parceira/parceiro)¹⁸” e “um carioca com alma de gaúcho”, respectivamente.

A análise sugerida aqui destaca as propriedades sintáticas e morfofonológicas da formação de *blends* no PB, caracterizando esse processo como concatenativo e gramatical, na medida em que uma estrutura sintática de um composto com leitura avaliativa traz instruções para as leituras em PF e LF da forma derivada.

¹⁷ O segundo dado é crucial, pois mostra a necessidade de postularmos que a restrição de acento é hierarquicamente superior à restrição que advoga em favor da conjuntividade morfológica; se postulássemos o inverso, a forma ótima seria *cariocaúcho*, visto que apresenta o segmento *a* como referente às duas formas de origem; todavia, não é esta a forma produzida pelo falante do PB.

¹⁸ Uma outra leitura possível de *namorido* é aquela em que se tem um marido com características de namorado. O autor afirma que, sintaticamente, pode-se dizer que a diferença está em qual das raízes ocupa a posição de núcleo e qual aparece na estrutura de adjunção como um modificador do núcleo; quanto à realização fonológica, ele sugere que a realização é a mesma devido à necessidade de se respeitar a restrição PARSE [Root]₁₂, de que falaremos adiante, considerada a força motriz dos *blends* no PB.

4 DISCUSSÃO

A literatura linguística sobre a morfológica avaliativa (cf. VILLAVA, 2000; GRANDI; KÖRTVÉLYESSY, 2015, entre outros) aponta Scalise (1984) como o provável precursor da discussão sobre o tema. Uma das razões sugeridas para esse protagonismo do autor diz respeito ao fato de que ele descreve o italiano, uma língua românica que, como outras da mesma natureza, são ricas em morfemas ou simplesmente marcadores avaliativos. Os critérios identificados por Scalise (1984) já foram descritos na seção 2 deste trabalho e, como também já foi destacado, atribuem a esse morfema um comportamento que tanto pode ser atribuído a morfemas derivacionais, quanto a morfemas flexionais. Na realidade, dois dos critérios apontados não remetem nem a uma coisa e nem a outra, o que leva o autor a sugerir que, além de regras que caracterizam uma morfologia derivacional e outras que remetem a uma morfologia flexional, a arquitetura da gramática precisaria dispor, também, de um conjunto de regras que se aplicasse exclusivamente à morfologia avaliativa.

Para discutir a questão central deste trabalho, sobre a pertinência de um morfema avaliativo entre os traços disponíveis no repositório de traços universais da arquitetura da gramática, verificaremos as propriedades descritas para os morfemas avaliativos (cf. SCALISE, 1984; VILLALVA, 2000), repetidas em (39), frente ao comportamento dos morfemas relevantes nas FNTs e nos *blends*, e discutiremos sobre o seu estatuto sintático.

- (39) Propriedades da sufixação avaliativa:
- a) Mantém a categoria sintática da base
 - b) Mantém a estrutura argumental da base.
 - c) Mantém as propriedades morfossemânticas da base.
 - d) Mantém o valor de gênero da forma da base.
 - e) Modifica a interpretação semântica da base.
 - f) Pode coocorrer em posições adjacentes.
 - g) Ocorre à direita dos sufixos derivacionais.
 - h) Precede a flexão.

Para a verificação das propriedades, assumiremos que *base*, um termo recorrente entre esses critérios e sem estatuto teórico em modelos como a MD e a OD, remeterá ao constituinte da estrutura sintática correspondente a uma raiz categorizada.

No processo de verificação da compatibilidade entre as características elencadas em (39) e aquelas das formações resultantes dos dois processos, cujas análises descrevemos na seção 3 deste trabalho, pudemos perceber que, embora essa compatibilidade se verifique apenas parcialmente, tanto para as FNTs, quanto para os *blends*, o número de características compatíveis é suficiente para garantir a correção da hipótese de que há um morfema avaliativo nessas formações.

Assim, no que concerne às FNTs, formas em que se insere o morfema avaliativo, percebemos o seguinte¹⁹:

- i) a manutenção da categoria sintática da raiz categorizada à qual esse morfema se adjungiu (cf. (40))^{20,21},
- ii) a manutenção das propriedades morfossemânticas da raiz categorizada (cf. (41));
- iii) a manutenção do valor de gênero da forma da base (cf. (42))²²;

¹⁹ Conferir os modelos gerais de representação das FNTs em (17) e (21).

²⁰ O traço N do núcleo categorizador só é empobrecido na Estrutura Morfológica e, portanto, sintaticamente, ele cria uma raiz nominal.

²¹ A informação de classe é uma informação nominal por excelência.

²² A raiz √NEUR se concatena a um determinante feminino (a/uma) tanto no caso de *neura* quando de *neurose*.

- iv) a modificação da interpretação semântica da base (cf. (43));
- v) a possibilidade de coocorrência de avaliativos em posições adjacentes (cf. (44));
- vi) a precedência do morfema avaliativo em relação à flexão (cf. (45))

- (40) $\sqrt{\text{FEI}}_{\text{N-uc-a}} \rightarrow \text{feij-uc-a}_{\text{N}}$;
- (41) $\sqrt{\text{DELEG}}_{\text{N} [+animado, +humano, \dots]} \rightarrow \text{deleg-}\emptyset\text{-a}_{ [+animado, +humano, \dots]}$;
- (42) Determinante + $\sqrt{\text{NEUR}}_{\text{N-}\emptyset\text{-a}} \rightarrow \text{uma/a neur-}\emptyset\text{-a}_{\text{N}}$;
- (43) $\sqrt{\text{PAD}}_{\text{N-oc-a}} \rightarrow \text{pad-oc-a}_{\text{N}}$;
- (44) $\sqrt{\text{CERV}}_{\text{N-}\emptyset\text{-inh-a}} \rightarrow \text{cerv-}\emptyset\text{-inh-a}_{\text{N}}$;
- (45) $\sqrt{\text{PRESID}}_{\text{N-}\emptyset\text{-a-s}} \rightarrow \text{presid-}\emptyset\text{-a-s}_{\text{N}}$.

A propriedade em (39)b não é perceptível no *corpus* em análise²³; o mesmo ocorre com a propriedade em (39)g para as FNTs no PB. De qualquer modo, seis das oito propriedades descritas como características de morfemas avaliativos se verificam nas FNTs.

Quanto aos *blends*, pudemos perceber o seguinte:

- i) a manutenção da categoria sintática do núcleo da derivação (cf. (46));
 - ii) a manutenção da estrutura argumental do núcleo da derivação (cf. (47));
 - iii) a manutenção das propriedades morfossemânticas das raízes categorizadas às quais o morfema avaliativo se adjunge (cf. (48));
 - iv) a manutenção do valor de gênero das raízes categorizadas (cf. (49));
 - v) a modificação da interpretação semântica das raízes (cf. (50) e (51));
 - vi) a precedência do morfema avaliativo em relação à flexão (cf. (52)).
- (46) a) $\text{monitrouxa}_{\text{N}}$ ($\text{monitor}_{\text{N}}$ + trouxa_{A});
 - b) $\text{prostiputa}_{\text{N}}$ ($\text{prostituta}_{\text{N}}$ + puta_{N});
 - c) $\text{carrokê}_{\text{N}}$ (carro_{N} + $\text{karaokê}_{\text{N}}$)
- (47) $\text{bebemorar}_{[_][_]}(\text{beber}_{[_]} + \text{comemorar}_{[_][_]})$
 - (48) $\text{Brumar}_{ [+animado, +humano, \dots]}(\text{Bruna Marq}_{ [+animado, +humano, \dots]} + \text{Neymar}_{ [+animado, +humano, \dots]})$;
 - (49) o cháfé (o chá + o café); o namorid-o (o namorad-o + o marid-o);
 - (50) mesversário > mês + aniversário (modifica a anuidade que a noção de aniversário carrega);
 - (51) fedorante > fedor/fedido + desodorante (modifica a noção semântica positiva que se tem em relação a um desodorante)²⁴
 - (52) boadrasta-s; sacolé-s; seguimor-es (seguidores + amores)

As características em (39)f,g não são observáveis para os *blends* no PB. De modo paralelo ao que ocorre com as FNTs, no entanto, seis das oito propriedades descritas como características de morfemas avaliativos se verificam nos *blends*, corroborando, portanto, a existência de morfologia avaliativa nessas formações.

O próximo passo será o recurso aos pressupostos dos modelos que fundamentam as pesquisas aqui descritas sobre as FNTs e sobre os *blends* em PB, a MD e a OD, com o objetivo de discutir o estatuto do morfema avaliativo na arquitetura da gramática. Em nenhum desses modelos, uma hipótese como a aventada em Scalise (1984), de um terceiro tipo de morfologia, nomeadamente, morfologia apreciativa, encontraria sustentação. Nos dois casos, os processos de formação de palavras se aplicam indistintamente a constituintes de naturezas

²³ Sua verificação envolveria assumir que há uma forma de base a partir da qual é derivada a FNT, contrariamente à análise desenvolvida em Scher (2011, 2013, 2016, 2018).

²⁴ Nesse sentido, estamos pensando na interpretação dada pela Enciclopédia, visto que a avaliação por parte do falante se faz perceptível semântica e pragmaticamente apenas na interface conceitual.

diversas, o que significa que a distinção entre processos derivacionais e processos flexionais já não faz qualquer sentido, o que também vale para um terceiro tipo de processo.

De qualquer modo, continua pertinente a pergunta sobre a adequação do argumento em favor da presença de um morfema avaliativo, portador ou mesmo representante de um traço morfossintático universal de valor avaliativo na arquitetura da gramática de um modelo como a MD, em particular, na lista que descrevemos acima (seção 3.1) como Léxico Reduzido. E não são apenas os trabalhos descritos aqui que apontam para isso, mas há uma série de evidências de línguas diversas que indicam a correção dessa afirmação (cf. GRANDI; KÖRTVÉLYESSY, 2015, entre outros).

A seção 2 nos mostrou que Villalva (2000) e Prieto (2005) optaram por caminhos distintos na caracterização do morfema avaliativo que ambos descreveram como pertinente ao repertório de traços universais da arquitetura da gramática. Se, para Villalva (2000), o morfema avaliativo tem o estatuto de adjunto, para Prieto (2005), trata-se de um núcleo, que toma como complemento o objeto sobre o qual incidirá a avaliação. No último caso, a relação que se estabelece entre o morfema avaliativo e o elemento a ser avaliado por ele é de complementação, contrariamente ao que vem sendo observado nos fatos relativos às estruturas de FNTs e de *blends*, em que observa-se uma modificação na semântica da base, tal como a atribuição de uma propriedade ao nome em formação.

Nesse sentido, parece adequado o tratamento do morfema que promove essa modificação como adjunto, uma vez que decorre desse tipo de tratamento o fato de que, nos contextos em que essa modificação ocorre, ficam garantidas a manutenção da categoria sintática da raiz categorizada a que o morfema avaliativo se adjunge, a manutenção da estrutura argumental dessa raiz categorizada, além da manutenção das propriedades morfossemânticas e do valor de gênero dessa mesma raiz categorizada. Por outro lado, é essa mesma configuração de adjunção que garante a modificação da interpretação semântica da raiz de forma a codificar a leitura avaliativa para essa raiz categorizada. Além disso, a observação de que há, nos *blends*, a manutenção da categoria sintática do núcleo da derivação pode ser uma pista de que o morfema avaliativo, em uma relação de adjunção a raízes categorizadas, não tem acesso direto às especificações de cada raiz, mas somente se concatena à relação sintática estabelecida anteriormente entre as duas raízes membros do *blend*.

Dessa forma, a discussão promovida aqui nos permite argumentar em favor da existência de um morfema avaliativo no repositório de traços morfossintáticos da arquitetura da gramática. Em outras palavras, é possível dizer que a avaliação é um traço presente no Léxico Reduzido, que é parte integrante dessa arquitetura tal como apresentada nos modelos da MD e da OD. Além disso, esse morfema avaliativo carrega instruções para a interpretação dessas expressões em PF, como a ativação de um *ranking* de restrições específico no caso dos *blends*, e leva ao empobrecimento do traço N de um categorizador nominal em sua presença na Estrutura Morfológica, no caso das FNTs, impedindo a realização fonológica de um morfema nominal; o morfema também carrega instruções para a sua interpretação na interface conceitual – LF, uma vez que estamos lidando com uma avaliação por parte do falante em relação a uma determinada estrutura complexa derivada sintaticamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cerne dos estudos linguísticos, há uma grande discussão acerca da possibilidade de se postular a existência de uma instância avaliativa nas estruturas do nível sentencial e do nível da palavra. Neste artigo fazemos referência a propostas nos dois níveis elencados – estruturas avaliativas com escopo sentencial (cf. GIORGI; SORRISI, 2018; HOLE 2015) e estruturas avaliativas no nível da palavra (cf. VILLALVA, 2000; PRIETO, 2005), embora destaquesmos a estrutura avaliativa no nível da palavra.

A discussão que se desenvolve aqui se vale de modelos sintáticos de formação de palavras e de sentenças, a saber, a Morfologia Distribuída e a Otimalidade Distribuída. Dessa forma, o tratamento da interpretação avaliativa, seja no nível da palavra ou da sentença, deverá codificar essa leitura na própria derivação sintática.

Nesse cenário, o morfema avaliativo foi descrito como um núcleo que toma como complemento o objeto sobre o qual imprimirá a leitura avaliativa (cf. PRIETO, 2005) ou como um morfema em posição de adjunção, que tem a propriedade de promover uma leitura de modificação à categoria à qual está adjunto (cf. VILLAVA, 2000).

Apresentamos duas análises para processos distintos de formação de palavras no PB que se valem da presença de um morfema avaliativo na estrutura sintática: as FNTs e os *blends*. Para as primeiras, e fundamentada no modelo da MD, Scher (2018, 2016, 2013, 2011) propõe uma estrutura sintática caracterizada pela presença de uma raiz categorizada à qual se adjunge um morfema avaliativo, responsável pela leitura apreciativa da forma derivada. Marangoni Junior (2020), por sua vez, assumindo o modelo da OD, defende que a formação dos *blends* se dá sintaticamente, como um composto, na medida em que a duas raízes já categorizadas em uma dada relação sintática se adjunge um morfema avaliativo e à estrutura resultante se concatena um terceiro núcleo categorizador. Nos dois casos, a presença desse morfema avaliativo fornece instruções para a realização fonológica e para a interpretação das expressões relevantes.

Finalmente, discutimos a questão central do trabalho, sobre a pertinência de um morfema avaliativo entre os traços disponíveis no repositório de traços universais da arquitetura da gramática, verificando as propriedades descritas para os morfemas avaliativos frente ao comportamento dos morfemas relevantes nas FNTs e nos *blends* e discutimos sobre o seu estatuto sintático. A partir dessa discussão, chegamos à conclusão de que é possível defendermos que o morfema avaliativo é um traço disponível no Léxico Reduzido, lista que alimenta a derivação sintática, e de que o morfema avaliativo se concatena a raízes previamente categorizadas numa estrutura de adjunção, na qual ele tem a função primordial de modificar a raiz em questão, codificando instruções para a sua interpretação em PF e para a sua interpretação na interface conceitual.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, C. da C. As classes formais do português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.
- ANDERSON, S. R. Where's morphology. *Linguistic Inquiry*, v. 13, n. 4, p. 571-612, 1982.
- ANDERSON, S. R. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ARAÚJO, G. Morfologia não-concatenativa em português: os *portmanteaux*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 39, p. 5-21, 2000.
- BONET, E. *Morphology after syntax: pronominal clitics in Romance*. 1991. 240f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA. 1991.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads*. New York: Oxford University Press, 1999.
- DI SCIULLO, A. M.; WILLIAMS, E. *On the definition of word*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
- EMBICK, D. *Localism versus globalism in morphology and phonology*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.

- GIORGI, A.; SORRISI, F. An evaluative head in Romance: the Palermitan verbal affix *-vu*. *Annali di Ca' Foscari. Serie Occidentale*, v. 52, p. 65-85, 2018.
- GONÇALVES, C. A. V. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 169-199, jun. 2012.
- GRANDI, N.; KÖRTVÉLYESSY, L. Introduction: why evaluative morphology? In: GRANDI, N.; KÖRTVÉLYESSY, L. (ed.). *Edinburgh Handbook of Evaluative Morphology*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015. p. 3-20.
- HALLE, M; MARANTZ, A. Distributed morphology and pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (ed.). *The view from the Building 20: essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 255-276, 2014.
- HOLE, D. A distributed syntax for evaluative 'only' sentences. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, v. 34, n. 1, p. 43-77, 2015.
- LIEBER, R. *Deconstructing morphology: word formation in syntactic theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- MARANGONI JUNIOR, C. E. *A interface sintaxe-fonologia no caso dos blends: argumentos para uma morfologia concatenativa*. 2020. Relatório de qualificação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, Departamento de Linguística, FFLCH/USP, 2020.
- MINUSSI, R. D.; NÓBREGA, V. A. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. *Veredas (UFJF)*, v.18, n. 1, p. 161-184, 2014.
- NÓBREGA, V. A. *Tópicos em composição: estrutura, formação e acento*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) –Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- NÓBREGA, V. A.; MINUSSI, R. D. O tratamento da morfologia não-concatenativa pela morfologia distribuída: o caso dos *blends* fonológicos. *Revista Letras*, Curitiba, n. 91, p. 158-177, jan./jun. 2015.
- PRIETO, V. M. *Spanish evaluative morphology: pragmatic, sociolinguistic, and semantic issues*. 2005. 281 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School, Universidade da Florida, 2005.
- RALLI, A.; XYDOPOULOS, G. J. Blend formation in Modern Greek. In: RENNER, V.; MANIEZ, F.; ARNOUD, P. J. L. (ed.). *Cross-disciplinary perspectives on lexical blending*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 35-50.
- SCALISE, S. *Generative morphology*. Dordrecht: Foris, 1984.
- SCHER, A. P. Formas truncadas em português brasileiro e espanhol peninsular: descrição preliminar. *ReVEL*, Edição Especial, n. 5, p. 61-79, 2011.
- SCHER, A. P. Concatenative affixation in Brazilian Portuguese truncated forms. In: GOTO, N.; OTAKI, K.; SATO, A.; TAKITA, K. Takita (ed.). *Proceedings of the Glow in Asia IX 2012: the main session*. Tsu: Mie University, 2013. p. 261-270.

SCHER, A. P. A study of Truncated Nominal Forms in Brazilian Portuguese: their derivation and their relation to non-verbal form classes. In: KATO, M.; ORDÓÑEZ, P. (ed.). *Portuguese and Spanish in Latin America*. Comparative Syntax Series, Oxford University Press, 2016. p. 332-354.

SCHER, A. P. *Por menos morfologia não concatenativa: uma análise localista para as formas nominais truncadas no português brasileiro*. 2018. 146f. Tese (Livre Docência) –Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SCHER, A. P.; ESPADARO, M. O papel da morfologia apreciativa na criação lexical na obra de Guimarães Rosa. *Estudos Linguísticos e Literário*, n. 47, p. 127-147, jan.-jun. 2013.

TROMMER, J. *Distributed optimality*. Potsdam: Potsdam University Press, 2001.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia do Português*. Lisboa: FCT, 2000.



Recebido em 28/04/2020. Aceito em 08/05/2020.